

Resenha

SOUZA, Donaldo Bello de; MARTÍNEZ, Silvia Alicia (org.). *Educação Comparada: rotas de além-mar*. São Paulo: Xamã, 2009.

Fernando Vendrame

Aluno do Curso de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Educação da UFMS

Comparação, conforme os dicionários da língua portuguesa, é o ato de comparar, e comparar é confrontar ou ter como igual ou semelhante. Contudo, para além destas definições simplificadas, a comparação enquanto recurso de análise ou campo de investigação científica pressupõe mais que confrontar ou igualar, ela demanda o estabelecimento de um rigor teórico-metodológico que evite as armadilhas de se igualar ou confrontar objetos semelhantes em contextos histórico-sociais distintos.

É nesse contexto que se insere o livro ***Educação Comparada: rotas de além-mar***, organizado por Donaldo Bello de Souza e Silvia Alicia Martínez e editado pela Xamã em 2009. Nesta obra, diversos autores percorrem os caminhos dos estudos comparados em Educação como uma via de mão dupla, tomando Brasil e Portugal, ao mesmo tempo, como pontos de partida e chegada, buscando fugir a um possível encantamento de brasileiros buscarem lá traços de nossos colonizadores e portugueses buscarem cá terras exóticas a explorar.

A estrutura do livro é composta por quatro partes, além do Prefácio e da Apresentação. Todas as partes são conectadas, como não poderia deixar de ser, pela perspectiva da comparação como recurso metodológico, tecendo assim certa unidade entre diferentes objetos e bases epistemológicas. Em cada uma das partes tem-se a organização de artigos na órbita de temas comuns ou similares, favorecendo um diálogo profícuo entre seus autores.

Dessa maneira, os textos da primeira parte, intitulada **Educação Comparada: possibilidades e limites**, conforme diz João Barroso no Prefácio, tem a “função essencial de apresentarem os referenciais teóricos e metodológicos que permitem reconhecer a identidade de uma ‘disciplina’, ainda em construção [...]” (BARROSO, 2009, p.10)

No geral, os textos desta parte do livro empreendem uma reflexão das origens e da evolução histórica da comparação enquanto método de análise e campo científico. Assim, António Nóvoa busca, em um duplo movimento, explicar a construção histórica e compreender as fragilidades e potencialidades da educação comparada (NÓVOA, 2009, p.26), identificando as causas para a sua crise atual e as possibilidades para superá-la.

No trabalho seguinte, de Jürgen Schriewer, é debatido como progressivamente a metodologia comparada foi se complexificando historicamente e a necessidade premente de se estabelecer os parâmetros de uma verdadeira ciência da comparação, ao que o autor concebe como “ciência social comparativo-histórica” (SCHRIEWER, 2009, p.97).

Ana Isabel Madeira defende uma reconfiguração das análises comparadas, rompendo com os modelos dominantes até então, buscando articular as demandas de um mundo globalizado com as perspectivas sociohistóricas, relacionando a educação enquanto fenômeno de um sistema mundial com as configurações socioculturais específicas de uma dada localidade.

António Gomes Ferreira busca estabelecer uma periodização histórica para a educação comparada que vai desde o período de criação, passando pelos de descrição e interpretação até chegar à comparação complexa. Para o autor, a diversidade de perspectivas e abordagens não é um problema para o campo da comparação, mais acima de tudo, é uma condição necessária diante da complexidade do fenômeno educativo.

No último ensaio que integra a primeira parte do livro, Donaldo Bello de Souza e Silvia Alicia Martínez debruçam-se sobre a produção de estudos em educação comparada envolvendo Brasil e Portugal. Além de descrever as trajetórias individuais de pesquisa dos autores, o texto traz um minucioso inventário sobre os estudos comparados realizados em regime de cooperação entre estes dois países, descrevendo, também, os caminhos percorridos na elaboração da obra em questão.

A segunda parte do livro, com o título **História da educação em perspectiva comparada Brasil-Portugal**, dedica-se a discutir pesquisas que envolvam objetos relacionados à História da educação, tais como disciplinas escolares, manuais didáticos, materiais pedagógicos, cultura escolar, entre outros.

Dos seis trabalhos que compõe esta etapa, três dedicam-se a análise de revistas e/ou manuais pedagógicos. Nessa linha, o texto de Ana Lúcia Cunha Fernandes, analisa a produção e a circulação de um discurso pedagógico especializado a partir de revistas pedagógicas que circularam no Brasil e em Portugal em dois momentos distintos, fim do século XIX e início do século XX.

Na sequência, Silvia Alicia Martínez analisa o manual *Elementos de Pedagogia*, de Affreixo e Freire, produzido para a formação de professores em Portugal, e adotado também no Brasil, na Escola Normal de Campos, no Rio de Janeiro, buscando relacionar os saberes veiculados no manual e as práticas pedagógicas internas nesta instituição.

No terceiro artigo que compõe esta trilogia, Vivian Batista da Silva busca compreender as diferentes práticas discursivas presentes em manuais pedagógicos destinados a formação de normalistas no Brasil e em Portugal, entre os anos de 1870 e 1970, como determinante de modos de agir e pensar e sua importância para a consolidação de certos modelos de ensino.

Entre os outros textos, tem-se o trabalho de Maria Celi Chaves Vasconcelos, em que a autora discute a educação doméstica praticada pelas elites brasileiras e portuguesas no século XIX, realizada por preceptores, e a dicotomia surgida entre esta modalidade de ensino e a expansão dos sistemas públicos estatais de ensino, a partir do final deste mesmo século.

Gláucia Maria Costa Trinchão empreende uma análise dos caminhos percorridos pela disciplina escolar Desenho nas escolas imperiais luso-brasileiras, desde sua inserção nos currículos com as reformas pombalinas até seus desdobramentos posteriores, visando, entre outras coisas, a formação de conhecimentos técnicos especializados.

No último trabalho desta parte do livro, Vera Lucia Gaspar da Silva buscou analisar os testemunhos de professores e professoras catarinenses e franceses da passagem do século XIX para o século XX visando estabelecer possíveis conexões entre os sistemas de ensino destes dois lugares, nesse recorte temporal.

A terceira parte do livro, denominada **Educação superior, de jovens e adultos, inclusiva e formação de professores em perspectiva comparada Brasil-Portugal** apresenta uma série de artigos que discutem estes diferentes níveis e modalidades de ensino, constituindo a comparação Brasil-Portugal o nexo entre os diferentes temas abordados nesta parte da obra.

Abrindo esta seção, Ana Maria Gonçalves de Souza busca verificar se o financiamento estudantil no ensino superior de Brasil e de Portugal “encontra-se sistematizado de modo a promover efetivamente estratégias em prol da democratização do acesso ao ensino superior” (SOUZA, 2009, p.339).

Na sequência, Rui Canário e Sonia Maria Rummert, embasados em Gramsci e Mézáros, indicam que as políticas educacionais na modalidade de educação de jovens e adultos estão em consonância com um projeto de constituição da hegemonia burguesa, adequadas a atual fase do neoliberalismo de Terceira Via.

Fabiany de Cássia Tavares Silva analisa como os serviços das salas de recursos (Brasil) e das salas de apoio (Portugal), oferecidos pela educação especial se relacionam às políticas inclusivas postas em prática a partir da Declaração de Salamanca e as determinantes histórico-sociais e educativas que podem emergir desta relação.

Maria Luisa Furlan Costa verifica as aproximações e os distanciamentos no processo histórico de constituição e consolidação dos cursos superiores a distância de formação de professores em Portugal e no Brasil, a partir da instalação da Universidade Aberta de Portugal e da Universidade Aberta do Brasil.

Para finalizar esta parte do livro, Olinda Evangelista procura analisar a formação docente nos anos 1990, articulando-a ao trabalho docente e as condições históricas de sua produção, verificando os discursos em torno não só da necessidade de um novo perfil de profissional docente como também de mecanismos para se verificar/avaliar a sua atuação.

Na quarta e última parte do livro, concebida como **Gestão e avaliação em perspectiva comparada Brasil-Portugal**, os temas relacionados à gestão e avaliação da educação são abordados em trabalhos que expõe os processos pertinentes a essa temática.

Como trabalho inaugural, o texto de Candido Alberto Gomes e Marta Luz Sisson de Castro, discute como as políticas educacionais de centralização e/ou

descentralização empreendidas por Brasil e Portugal nas duas últimas décadas atuam no sentido de gerar diferenças sociais e regionais em ambos os países.

Ângela Maria Martins, discute os processos de regulamentação e implementação da chamada gestão democrática em escolas públicas brasileiras e lusitanas a partir da década de 1980 e analisa as tensões resultantes deste processo.

O artigo de Flávia Obino Corrêa Werle e Daianny Madalena Costa debate os conselhos escolares do estado de Rio Grande do Sul e a assembléia de escola, existente nas escolas públicas portuguesas (no caso do texto, a cidade de Braga), a fim de perceber as perspectivas democratizantes destas políticas de participação.

O último trabalho desta parte e do livro em si, escrito por Alícia Bonamino e Fátima Alves, analisa através de um minucioso, quase exaustivo, tratamento de dados estatísticos, gráficos e tabelas, as possíveis relações entre os resultados do Pisa 2000 no Brasil e em Portugal e suas políticas e práticas na área da educação.

Em última análise, destaca-se a louvável iniciativa dos autores pela obra *Educação Comparada: rotas de além-mar*, pois além de contribuir para o debate em diferentes campos da Educação, apresenta uma consistente reflexão sobre as bases teórico-metodológicas em que se assenta a educação comparada enquanto disciplina científica. A variedade de temas e abordagens epistemológicas apresentadas ao longo de suas páginas traz uma amostra da complexidade deste campo e da necessidade de se empreender a estudos comparados em educação, pois, diante do atual estágio da globalização do capital e da inter(trans) nacionalização dos processos produtivos, a educação comparada constitui-se em recurso incondicional para se desvelar os mecanismos a qual se sujeita a educação enquanto fenômeno da hegemonia capitalista.

Recebido em novembro de 2010

Aprovado em dezembro de 2010